

INSPEÇÃO ANUAL 2014
4ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI

RELATÓRIO

A inspeção foi realizada com fulcro no artigo 13 incisos III e IV da Lei nº 5.010 de 30 de maio de 1966 e, ainda, em conformidade com os artigos 222 a 234 da Constituição de Normas da Corregedoria –Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

O Ministério Público Federal e o representante da Ordem dos Advogados do Brasil foram comunicados acerca da realização da presente Inspeção por meio, respectivamente, dos ofícios nºs. JFRJ-OFI-2014/07218 e JFRJ-OFI-2014/07221.

Também foram comunicados:

- a) Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, JFRJ-OFI-2014/07217;
- b) Direção do Foro, JFRJ-OFI-2014/07222;
- c) Advocacia Geral da União, Seccional Petrópolis/RJ, JFRJ-OFI-2014/07219;
- d) Defensoria Pública da União, JFRJ-OFI-2014/07220.

I – ABERTURA

Elaboraram-se etiquetas e carimbos no Sistema Apolo para a abertura e fechamento das conclusões para despachos, decisões e sentenças, com a identificação de “vistos em inspeção”. As etiquetas foram utilizadas nos livros, pastas e processos inspecionados. Para cientificar as partes e advogados, foram afixados avisos do período de inspeção no quadro de avisos existente no elevador e junto à porta da Vara.

Segue em anexo ao presente Relatório cópia do Termo de Abertura dos Trabalhos desta Inspeção.



II – DA INSPEÇÃO

1 - Dados Estatísticos

1.1) Acervo

Secretariados os trabalhos pela Diretora de Secretaria da 4ª Vara Federal de São João de Meriti, Eliane Drummond Meira, verificou-se, a partir dos dados estatísticos extraídos da análise do Portal de Estatísticas da Primeira Instância, instituído pelo Provimento nº 38/2007, da CG-TRF/2ª Região, bem como dos relatórios extraídos do Sistema APOLO, um acervo de 1.387 processos vinculados à 4ª Vara de São João de Meriti, sendo que destes, 902 estão em andamento (tramitação ajustada), 213 aguardando julgamento de recurso/agravo e 272 suspensos, assim distribuídos:

- 1.143 processos cíveis, dos quais 198 encontram-se suspensos e 198 aguardando julgamento de recurso/agravo;
- 244 processos criminais, dos quais 74 encontram-se suspensos e 15 aguardando julgamento de recurso/agravo;

2- Processos de verificação obrigatória vistos em Inspeção

2.1.1) Ação Ordinária / Improbidade Administrativa

CLASSE:1007

PROCESSO	SITUAÇÃO
0001226-97.2007.4.02.5110	Fase de execução, aguardando bloqueio BACENJUD
0003590-08.2008.4.02.5110	Suspensão aguardando julgar Recurso Especial
0004760-15.2008.4.02.5110	Vista ao MPF sobre a realização de auditoria
0005280-72.2008.4.02.5110	AIJ designada para 16.09.2014
0006763-79.2004.4.02.5110	Aguardando TRF julgar recurso

2.1.2) Ação Civil Pública

CLASSE: 6001

PROCESSO	SITUAÇÃO
0000364-73.2000.4.02.5110	Aguardando devolução mandado intimação para prosseguimento do feito
0000421-18.2005.4.02.5110	Suspensão aguardando julgar RESP



0002349-67.2006.4.02.5110	Iniciada a execução / remessa ao MPF
0003670-30.2012.4.02.5110	Iniciada a execução / Requerimentos do MPF
0003673-82.2012.4.02.5110	Iniciada a execução / Aguardando expedição de edital
0003814-77.2007.4.02.5110	Intimado o Município de Duque de Caxias para cumprimento integral da sentença
0004433-07.2007.4.02.5110	Aguardando devolução de mandado / resultado da licitação
0004526-96.2009.4.02.5110	Aguardando nomeação de advogado dativo
0004779-21.2008.4.02.5110	Aguardando expedição de mandado
0005680-52.2009.4.02.5110	Aguardando prazo de publicação / expedir mandados
0008529-70.2004.4.02.5110	Aguardando diligência para cumprimento de ofício
0009405-64.2000.4.02.5110	Aguardando intimação do ICMBio para verificar cumprimento da decisão
0003667-75.2012.4.02.5110	aguardando TRF julgar recurso
0003672-97.2012.4.02.5110	aguardando TRF julgar recurso
0004545-05.2009.4.02.5110	aguardando julgamento de RESP
0006962-28.2009.4.02.5110	aguardando TRF julgar recurso

CLASSE: 6006

PROCESSO	SITUAÇÃO
0008358-11.2007.4.02.5110	aguardando julgamento de RESP
0009094-58.2009.4.02.5110	Concluso para sentença

CLASSE: 6007

PROCESSO	SITUAÇÃO
0001524-26.2006.4.02.5110	Autos no MPF
0001941-42.2007.4.02.5110	Intimação da cõnjuge de Réu falecido para manifestação.
0002587-18.2008.4.02.5110	Ao MPF para manifestar-se sobre a intimação positiva do Réu.

2.1.3) Processos Cíveis META 2

00052062320054025110	Processo suspenso nos termos do art. 265, I do CPC.
00002384720054025110	Conversão do feito para o rito sumário e designação de audiência de conciliação para 30/09/2014.
00094712720074025101	Conflito de competência decidido em 16/01/2014. Em consequência o processo foi distribuído em definitivo à 04ª VF em 12/02/2014.
00215200320074025101	Remessa à AGU para manifestação quanto ao laudo pericial.
00000410420084025170	Concluso para sentença.
00124095820084025101	Processo em fase de provas.
00011798920084025110	Audiência de conciliação, instrução e julgamento designada para 11/09/2014.
00014197820084025110	Remessa ao MPF para manifestação com posterior conclusão



	dos autos para sentença.
00198231020084025101	Remessa ao MPF para manifestação com posterior conclusão dos autos para sentença.
00047601520084025110	Ao MPF para manifestação sobre a realização de auditoria.
00015675520094025110	Processo suspenso nos termos do art. 265, inciso I, do CPC.
00018552320094025168	Processo suspenso aguardando decisão do TRF2 sobre o conflito negativo de competência (art. 120 do CPC).
00058450220094025110	Remessa à CEF para manifestação de concessão de efeito suspensivo ao recurso interposto perante o TRF.
00056805220094025110	As partes para manifestarem interesse na produção de outras provas. Remessa ao MPF.
00093422420094025110	Processo remetido à AGU para manifestação sobre a produção de provas.
00090945820094025110	Concluso para sentença.
00051678420094025110	Intimação do Autor para fornecer endereço atualizado da Ré ENGEGLOBAL Construções Ltda. para a realização da diligência de citação.
00004344120104025110	Processo em fase de provas.
00124167920104025101	Audiência de conciliação, instrução e julgamento designada para o dia 30 de setembro de 2014.
00111522720104025101	Concluso para sentença.
00038882920104025110	Expedição de ofícios a órgãos públicos com o intuito de localizar o 2º Réu.
00032822120104025168	Vista à parte Autora dos documentos acostados.
00045404620104025110	Processo em fase de provas. Remessa à AGU.
00034561020104025110	Remessa dos autos ao MPF para que manifeste-se a respeito da proposta de acordo apresentada pela parte Ré.
00020947020104025110	Processo remetido à AGU, a teor do artigo 327 do CPC, para manifestar-se sobre as contestações e os respectivos documentos apresentados pelos Réus.
00063920820104025110	Em provas.

2.2) Na área Criminal, cabe destacar a situação dos seguintes feitos:

2.2.1) Processos com Réu Preso

Trimestralmente são enviados à Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 2ª região relatórios sobre Réus presos.

PROCESSOS COM RÉU PRESO	
0005294-80.2013.4.02.5110	Réu: Vicente Cláudio Aires Moreira Filho Processo com sentença condenatória já transitado em julgado. Na Secretaria aguardando apenas a manifestação do Réu sobre bens apreendidos. Demais providências já adotadas.



Assinado digitalmente por ELIANE DRUMMOND MEIRA.
Documento Nº: 1299150.11577093-8918 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



JFRJOF1201410545

0003069-24.2012.4.02.5110	Réus: Jônatas Paolo Conceição e Alexander de Oliveira da Silva. Réu preso: Jônatas Paolo Conceição Processo está suspenso aguardando julgamento de recurso pelo STJ (REsp 525423)
0002036-09.2006.4.02.5110	Réu: Erci Alves de Paula Processo está suspenso aguardando julgamento de recurso pelo STJ (REsp 1309966)

2.2.2) Processos Criminais META 2

0002882-36.2000.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0001225-25.2001.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 68 da Lei nº 11.941/09 (parcelamento).
0004546-68.2001.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0004490-64.2003.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0003158.28.2004.4.02.5110	Processo suspenso , conforme determinado no HC nº 2004.02.01.012308-9, aguardando o julgamento final da ação ordinária nº 0025893-53.2002.4.02.5101.
0006516-98.2004.4.02.5110	Processo retornou em julho/2014 do Eg. TRF 2ª Região, pois um dos réus não é mais deputado estadual. Aguardando marcação AIJ.
0001603-39.2005.4.02.5110	Processo suspenso aguardando conclusão do incidente de insanidade nº 0003536.37.2011.4.02.5110, que aguarda realização de perícia pelo Juízo deprecante.
0004570-57.2005.4.02.5110	Processo esteve suspenso na forma do art. 89 da Lei nº 9.099/95. Aguardando remessa ao MPF para manifestação sobre o cumprimento do julgado.
0002990-89.2005.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0007783-71.2005.4.02.5110	Processo suspenso aguardando o julgamento do processo administrativo nº 15563.000403/2007-35 no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF/MF/DF.
0001528-63.2006.4.02.5110	Processo suspenso em razão de parcelamento (art. 68 da Lei nº 11.941/09) até agosto/2014. Aguardando remessa ao MPF para manifestação sobre ofício da PGFN.
0003845-34.2006.4.02.5110	Processo esteve suspenso na forma do art. 89 da Lei nº 9.099/95. Sentença de extinção de punibilidade proferida.
0005140-09.2006.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0000411-03.2007.4.02.5110	Processo suspenso em razão de parcelamento (art. 68 da Lei nº 11.941/09) até agosto/2014. Foi designada AIJ para o dia 02/10/2014.
0000955.88.2007.4.02.5110	Processo suspenso em razão de parcelamento (art. 68 da Lei nº 11.941/09).
0000953-21.2007.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.



0006952-52.2007.4.02.5110	Processo em fase de diligências. Pela acusação foi requerida a realização de perícia grafotécnica. Aguardando remessa ao MPF para apontar os documentos que deseja ter periciados.
0000638-56.2008.4.02.5110	Processo concluso para sentença em 15/08/2014.
0000787-52.2008.4.02.5110	Processo aguardando resposta de ofício remetido à DPF/NIG. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2014.
0001097-58.2008.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 89 da Lei nº 9.099/95. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2013.
0001096-73.2008.4.02.5110	Processo esteve suspenso na forma do art. 89 da Lei nº 9.099/95. Aguardando resposta de ofício remetido à AGU a pedido do MPF.
0001361-75.2008.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 89 da Lei n 9.099/95.
0004245-77.2008.4.02.5110	Processo esteve suspenso na forma do art. 366 do CPP até agosto de 2013. Audiência especial designada para o dia 25/09/2014.
0005282-42.2008.4.02.5110	Processo concluso para sentença.
0002852-20.2008.4.02.5110	Processo desmembrado em relação a um dos acusados. Concluso para despacho desde 15/08/2014.
0803673-81.2009.4.02.5101	Interrogatório do réu realizado em 31/07/2014 pelo Juízo deprecante. Aguardando remessa ao MPF para se manifestar na forma do art. 402 do CPP. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2013.
0002537-55.2009.4.02.5110	Processo suspenso em razão de parcelamento (art. 68 da Lei nº 11.941/09).
0004134-59.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2012.
0004169-19.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 89 da lei nº 9.099/95. Período de prova prorrogado por mais 12 meses em agosto de 2014.
0004472-33.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2013.
0006308-41.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 89 da lei nº 9.099/95. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2013.
0005999-28.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2011.
0005306-36.2009.4.02.5110	Sentença de extinção de punibilidade proferida em agosto de 2014.
0005641-55.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0001222-55.2010.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 89 da lei nº 9.099/95. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2013.
0009421-03.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 89 da lei nº 9.099/95. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2013.
0001122-03.2010.4.02.5110	Processo esteve suspenso na forma do art. 89 da lei nº 9.099/95. Aguardando remessa ao MPF p/ manifestação.
0003931-63.2010.4.02.5110	Determinada o trancamento da ação penal nos autos do HC 2011.02.01.006522-7. Aguardando confirmação de trânsito em julgado do HC junto ao TRF-2 para dar baixa no processo.



0005300-92.2010.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0005581-48.2010.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 89 da lei nº 9.099/95. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2012.
0005823-07.2010.4.02.5110	Processo aguardando marcação de AIJ. DENÚNCIA PROTOCOLADA E RECEBIDA EM JUNHO DE 2014.
0000966-83.2008.4.02.5110	Processo em fase de alegações finais, com carga para a DPU. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2013.
0002035-63.2009.4.02.5160	Processo esteve suspenso entre março/2012 e 2014, na forma do art. 89 da Lei nº 9.099/95. Aguardando fornecimento de cartaz (caça-níquel) e GRU pelo MPF.
0004485-32.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0001112-56.2010.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.
0001213-63.2010.4.02.5110	Processo esteve suspenso em razão de parcelamento (art. 68 da Lei nº 11.941/09). Aguardando manifestação do MPF sobre documentação fornecida pela Receita Federal.
0005093-30.2009.4.02.5110	AIJ designada para o dia 19/08/2014. Processo desmembrado em maio de 2014. Um dos réus citados por edital. DENÚNCIA RECEBIDA EM 2012.
0005992-28.2009.4.02.5110	Processo suspenso na forma do art. 366 do CPP.

Os seguintes processos não foram incluídos na listagem acima por se tratar de cautelares, ou outros procedimentos penais que não têm solução por meio de sentença e, assim, tramitam atrelados ao inquérito, entre o MPF e a Polícia Federal: 0002467-04.2010.4.02.5110; 0004083-14.2010.4.02.5110; 0004601-04.2010.4.02.5110; 0812706-95.2009.4.02.5101; 0001114-94.2008.4.02.5110; 0001912-26.4.02.5110; 0490156-48.2010.4.02.5101.

2.2.3) Não há processo com interceptação telefônica deferida em curso (com autorização para interceptar ainda em vigência).

3) Foram despachados 206 processos e verificados por amostragem 177, dado o volume, na forma que se segue:

MATÉRIA	DESPACHADOS	VISTOS
CÍVEL	175	75
CRIMINAL	31	102

4- Livros e Pastas

Verificou-se que os Livros e Pastas são utilizados pela Secretaria de forma adequada.



Assinado digitalmente por ELIANE DRUMMOND MEIRA.
Documento Nº: 1299150.11577093-8918 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



JFRJOF1201410545

5- Petições Pendentes

No período da Inspeção foram empreendidos esforços para regularização das 18 petições pendentes de juntada no Sistema Apolo.

Eventualmente, as petições recebidas equivocadamente na Secretaria do Juízo são encaminhadas aos Juízos competentes por meio de ofício ou do Livro de Protocolo.

6 – Carga e vista dos autos

Deve ser ressaltado que, observados os dispositivos legais que garantem às partes o acesso aos autos, resguardados aqueles com segredo de justiça, a vista dos autos em Secretaria ocorre sem obstáculos.

7 – Expedientes Cartorários

O cumprimento dos despachos e decisões do Juízo vem sendo realizado pela Secretaria de forma satisfatória, apesar da lotação não estar completa em razão de uma servidora estar de licença médica há quase 60 dias e pela liberação graciosa de um servidor em gestão anterior.

Deve ser ressaltado que o Sistema Operacional Apolo tem sido o grande entrave para o cumprimento de atividades de baixa complexidade em razão da sua lentidão, seja na assinatura de sentenças, despachos ou expedientes.

Apesar do aumento do link desta Subseção, o Sistema continua lento.

8 – Prevenção, Litispendência e Coisa Julgada

As verificações de prevenção, litispendência e coisa julgada são feitas regularmente por meio de certidão circunstanciada nos autos, no prazo médio de 2 (dois) dias, não se detectando irregularidades nesse aspecto.

9 – Atuação dos Setores de Apoio Administrativo e Serviços Auxiliares

Durante a inspeção verificou-se a existência de 53 processos parados no Setor de Contadoria há mais de 100 (cem) dias.



Processo	Número de dias
00055598720104025110	227
01298003120134025110	227
01365617820134025110	223
00013465320014025110	203
07589206119994025110	203
00066156320074025110	203
00009785820124025110	200
00033796420114025110	200
01312483920134025110	200
00014580220134025110	178
00011670220134025110	175
00013446320134025110	175
00014996620134025110	175
00025891720104025110	174
00026942320124025110	174
01029945620134025110	173
01164178320134025110	173
000034405920114025110	172
00099717120044025110	167
00025698920114025110	167
00020136320064025110	165
00008807320124025110	165
00004750320134025110	164
01434695420134025110	164
00006299420084025110	161
07569139619994025110	161
01063939320134025110	158
00011523820104025110	154
00038116920004025110	154
00045062320004025110	154
00090375020034025110	154
00014563220134025110	151
00035124820124025118	151
00040941420084025110	146
00051391920094025110	146
00058038420084025110	146
00039211920104025110	145
01052723020134025110	145
00025687520094025110	139
00083431320054025110	139
00294113919934025110	139
00001557020014025110	138
00031967420034025110	122
00055568420004025110	122
01052601620134025110	117
00051961820014025110	115
00018389320114025110	115



Assinado digitalmente por ELIANE DRUMMOND MEIRA.
Documento Nº: 1299150.11577093-8918 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



JFRJOF1201410545

00003643420044025110	108
00342237820054025151	108
00043176420084025110	108
00023799220124025110	108
01103466520134025110	102
00056789720124025168	101

10 – Organização da Vara

Os processos físicos estão localizados por escaninhos, atendendo-se à respectiva fase ou andamento, devidamente localizados no Sistema APOLO e, assim, permitindo que o servidor que está no balcão tenha rápido acesso ao mesmo, bem como a Secretaria e os demais servidores.

No que diz respeito aos processos eletrônicos, estes são organizados por locais virtuais com denominação semelhante aos escaninhos físicos existentes.

O atendimento ao público, no balcão, é feito por todos os serventuários da Secretaria, inclusive os estagiários, à exceção, apenas, dos supervisores e da Diretora, que só são chamados para atender a reivindicações urgentes ou esclarecer questões mais complexas.

11 – Regras de divisão de processos

Como não há Juiz Substituto lotado nesta Vara, a MM. Juíza Titular exerce com exclusividade a jurisdição.

12 – Evolução da situação geral do Juízo e de seu acervo, em relação à inspeção anterior

		INSPEÇÃO 2013	INSPEÇÃO 2014
Feitos em curso	Cível	1.049	1.143
	Criminal	245	244
	Total em curso	1.294	1.387
Feitos Suspensos	Cível	235	198
	Criminal	96	74
	Total suspenso	331	272
Feitos aguardando julgamento de recurso	Cível	143	198
	Criminal	06	15
	Total em curso	149	213



13 – Estrutura funcional de apoio ao Magistrado

O Gabinete é composto por 02 servidores e um estagiário, que realizam atividades de auxílio ao Juiz nas audiências, elaboram minutas de sentença e decisões, minutas de prestação de informações em Agravo de Instrumento e Habeas Corpus, além da expedição de ofícios em relação a casos de maior complexidade.

14 – Quadro de Servidores, equipamentos e mobiliário

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO EFETIVO
Alan Gonçalves Alves	14629	Técnico Judiciário
Alexandre Martins da Conceição	12432	Técnico Judiciário
Caio Sequeira Machado	14617	Analista Judiciário
Clege Firmino da Silva Pinheiro	11022	Técnico Judiciário
Eliane Drummond Meira	15520	Diretora de Secretaria
Glauca Capareli do Nascimento	13852	Analista Judiciário
Lério Ricardo Tavares da Silva	13642	Auxiliar Judiciário
Nelma de Oliveira Bonifácio	13027	Analista Judiciário
Nilton Vieira Reis	12784	Analista Judiciário
Paulo Cesar de Araujo Souza	13903	Técnico Judiciário
Rafael Pegas Atanázio	14671	Técnico Judiciário
Rodrigo Santos Rabelo da Silva	14123	Técnico Judiciário
Wagner Neves da Silva	12951	Técnico Judiciário

A lotação atual da Vara é de 13 servidores e 4 estagiários.

Os móveis e utensílios desta Vara estão inventariados e mantidos em bom estado de conservação, sendo certo que, todas as vezes que tais objetos apresentam qualquer defeito de manutenção, são abertos os chamados necessários para solucionar o problema.

15 – Registros e atualizações efetuados no sistema Apolo

A conferência da fase dos processos com as anotações lançadas eletronicamente no APOLO/JF foi levada a bom termo.

16 – Ocorrências durante a inspeção (incluindo eventuais irregularidades e problemas detectados e reclamações e requerimentos formulados no período).

Durante a Inspeção foram verificadas as seguintes irregularidades:

- Capas de processo em péssimo estado;
- Impossibilidade de movimentação de processos em virtude da existência de petições vinculadas não juntadas e que foram encaminhadas a esta Vara através do protocolo integrado;



- Ausência de identificação de processos com “prioridade idoso”;
- Processos sem a correta localização no Sistema Apolo;

Não foram consignadas reclamações no livro próprio durante a Inspeção.

17 – Situação resumida dos processos de verificação obrigatória – art. 12 – Resolução 496

As ações elencadas no mencionado diploma legal foram vistas durante a Inspeção e dado o necessário andamento.

18 – Situação resumida dos demais processos examinados por amostragem

Aplica-se, na íntegra, o item 17.

19 – A extensão da Pauta de Audiências

Tendo em vista que a sala de audiências é compartilhada com a 3ª Vara Federal desta Subseção Judiciária, as audiências são designadas em dias alternados (2ª, 4ª e 6ª feiras – 3ª VF e 3ª e 5ª feiras – 4ª VF).

As audiências são regularmente lançadas no Sistema Apolo e a pauta estende-se até outubro de 2014.

20 – Declaração de Impedimento e Suspeição

Sem ocorrência.

21 – Alvarás Inutilizados

Verificou-se que foram cancelados 10 Alvarás, na sua maioria, por perda de validade:

ALV.1004.000089-7/2013	0000682-46.2006.4.02.5110
ALV.1004.000009-6/2014	0002962-14.2011.4.02.5110
ALV.1004.000012-8/2014	0002039-90.2008.4.02.5110
ALV.1004.000015-1/2014	0003304-06.2003.4.02.5110
ALV.1004.000016-6/2014	0003304-06.2003.4.02.5110
ALV.1004.000017-0/2014	0003304-06.2003.4.02.5110
ALV.1004.000024-0/2014	0016126-05.2013.4.02.5101



ALV.1004.000031-0/2014	0005333-77.2013.4.02.5110
ALV.1004.000056-7/2014	0490116-42.2005.4.02.5101
ALV.1004.000055-6/2014	0007329-62.2003.4.02.5110

22 – Bens apreendidos / acautelados

22.1) Processos com material acautelado em armário próprio:

2006.51.10.005899-1 - Ação Penal
2001.51.10.000100-4 - Ação Penal
2012.51.10.001618-2 - Ação Penal
2008.51.10.000787-6 - Ação Penal
2010.51.10.005823-4 – Inquérito Policial
2013.51.05.002175-1 – Procedimento criminal com denúncia
0005143-17.2013.4.02.5110 – Medida Cautelar Penal (não consta no APOLO pois o processo está baixado e não é possível cadastrar. Foi instaurado inquérito pela DPF/NIG para apurar os fatos relatados nesta Cautelar
2006.51.10.005037-2 – Ação Penal
2012.51.10.002177-63 – Ordinária
2009.51.60.002221-4 – Ordinária
2013.51.10.116424-9 - Ordinária

22.2) Processos com material acautelado no cofre:

2009.51.10.009094-2 – ACP – Improbidade
2010.51.10.001177-1 – Ação Demolatória
2008.51.10.003081-3 – Medida Cautelar Penal
2008.51.10.005689-9 – Ação Penal
2002.51.10.004884-0 – Ação Penal
2009.51.10.006036-6 – Ação Penal
2012.51.10.002245-5 - Medida Cautelar Penal
0490223-42.2012.4.02.5101 - Medida Cautelar Penal (não consta no Sistema APOLO, pois o processo está baixado e não é possível cadastrar. Cautelar apensada à Ação Penal nº2012.51.10.001797-6.
0035033-62.2012.4.02.5101 - Medida Cautelar Penal (não consta no Sistema APOLO, pois o processo está baixado e não é possível cadastrar. Foi instaurado Inquérito pela DPF/NIG para apurar os fatos relatados nesta Cautelar.
0030910-21.2012.4.02.5101 - Medida Cautelar Penal (não consta no Sistema APOLO, pois o processo está baixado e não é possível cadastrar. Foi instaurado Inquérito pela DPF/NIG para apurar os fatos relatados nesta Cautelar.
2013.51.60.112782-5 – Ordinária
2013.51.10.001885-7 – Ordinária



23 – Evolução da situação processual de algumas ações:

Paulatinamente, os processos mais antigos estão sendo eliminados, com o objetivo de reduzir sensivelmente o acervo dos processos físicos.

As tabelas abaixo bem demonstram o esforço da atual equipe em aumentar a eficiência na prestação jurisdicional, destacando, por importante, que a Magistrada assumiu a titularidade desta Vara em 20/08/2013.

2013

MÊS	DISTRIBUÍDOS	SENTENÇA
JULHO	44	25
AGOSTO	61	16
SETEMBRO	61	29
OUTUBRO	44	28
NOVEMBRO	35	39
DEZEMBRO	44	10
TOTAL	289	147 (50,87%)

2014

MÊS	DISTRIBUÍDOS	SENTENÇA
JANEIRO	30	33
FEVEREIRO	45	46
MARÇO	36	52
ABRIL	42	31
MAIO	44	44
JUNHO	34	20
TOTAL	231	226 (97,84%)

III - OUTRAS CONSTATAÇÕES

Durante a Inspeção foram verificadas, ainda, as seguintes situações:

- É cada vez maior a dificuldade de nomeação de Peritos através do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG). Resta evidente que o valor estabelecido na tabela para pagamento dos honorários periciais é o que mais desestimula esses profissionais a aceitar o encargo;



- É excessivo o tempo para a elaboração dos cálculos necessários à execução do julgado por parte do Setor de Contadoria, o que, por conseguinte, atrasa a conclusão dos processos;
- A Caixa Econômica Federal criou inúmeros óbices ao pagamento de Alvarás na medida em que as contas com os valores depositados à disposição deste Juízo encontravam-se com o saldo zerado, o que demandava novas decisões nos autos e expedição de mandados de intimação para a imediata recomposição do saldo e, posteriormente, cancelamento do anterior e expedição de novo Alvará de levantamento.

IV – O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES/CONSIGNAÇÕES DA INSPEÇÃO/CORREIÇÃO ANTERIOR

Quanto às irregularidades apontadas na inspeção anterior (processos suspensos, petições pendentes, processos parados, classificação e registro de sentença, etc.), foram tomadas as medidas necessárias para saná-las.

V – CONSIGNAÇÕES E DELIBERAÇÕES

Objetivando solucionar os problemas relacionados à Caixa Econômica Federal, apontado no item III, por iniciativa da Magistrada foi realizada reunião com a presença do Superintendente Regional Oeste do Rio de Janeiro, da Assessora da Superintendência, do Gerente-Geral da CEF, Agência Vilar dos Teles, bem como da funcionária responsável pela execução dos serviços ligados à Justiça Federal.

Que foi expedida a Portaria nº JFRJ-POR-2013/00787, de 25/10/2013, no sentido de nomear peritos e/ou advogados dativos, tendo em vista que as reiteradas pesquisas dos profissionais cadastrados no Sistema AJG, vinham ensejando a paralisação dos respectivos processos por mais de 6 (seis) meses.

Quanto ao Setor de Contadoria, foi expedido ofício, onde constava a relação de todos os processos pertencentes ao acervo desta Vara, solicitando maior celeridade na



elaboração dos cálculos, além de mantidos constantes entendimentos telefônicos com aquele setor sobre o tema.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, durante a Inspeção Geral Ordinária, que a Secretaria vem cumprindo satisfatoriamente as suas atribuições.


Não foram verificadas quaisquer faltas passíveis de apuração.

VII – ENCERRAMENTO

A cópia do Termo de Encerramento dos Trabalhos desta Inspeção acompanha o presente relatório.

São João de Meriti, 25 de agosto de 2014.


CLAUDIA VALÉRIA BASTOS FERNANDES DOMINGUES DE MELLO
Juíza Federal


ELIANE DRUMMOND MEIRA
Diretora de Secretaria
Matrícula 15520



Assinado digitalmente por ELIANE DRUMMOND MEIRA.
Documento Nº: 1299150.11577093-8918 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



JFRJOF1201410545



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
4ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI

Av. Pres. Lincoln, 1090 – 4º andar – Vilar dos Teles – São João de Meriti – CEP 25555201 – RJ – Tel.: (21) 3218.5541 Fax.: (21) 3218.5542

**ATA DE ENCERRAMENTO DOS
TRABALHOS DA INSPEÇÃO GERAL
ORDINÁRIA, REALIZADA NA 4ª VARA
FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ.**

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, deram-se por encerrados os trabalhos da Inspeção Geral Ordinária, realizada nos serviços da 4ª Vara Federal de São João de Meriti – RJ, Subseção Judiciária da Baixada Fluminense, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em obediência ao disposto no artigo 13, item III, da Lei 5.010/66, e em observância a Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da 2ª Região. Presente a Excelentíssima Juíza Federal Dra. Cláudia Valéria Bastos Fernandes Domingues de Mello, comigo, Eliane Drummond Meira, Diretora de Secretaria, e demais servidores lotados nesta Vara, registrando-se a presença apenas de representantes designados pelo Ministério Público Federal e Ordem dos Advogados do Brasil Subseção São João de Meriti. Nada mais havendo a constar, mandou a MM Juíza Federal que se lavrasse a presente Ata do ocorrido, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim Eliane Drummond Meira, Eliane Drummond Meira, Diretora de Secretaria, e pela MM Juíza Federal Titula desta Vara Feral.


CLÁUDIA VALÉRIA BASTOS FERNANDES DOMINGUES DE MELO
JUÍZA FEDERAL



Representante OAB/RJ



MPF



Assinado digitalmente por ELIANE DRUMMOND MEIRA.
Documento Nº: 1299150.11577093-8918 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



JFRJOF1201410545

SERVIDORES

Alan Gonçalves Alves – Matrícula 14.629
Alexandre Martins da Conceição – Matrícula 12.432
Caio Sequeira Machado – Matrícula 14.617
Clege Firmino da Silva Pinheiro - Matrícula 11.022
Gláucia Capareli do nascimento – Matrícula 13.852 (licença médica)
Lério Ricardo Tavares da Silva – Matrícula 13.642
Nelma de Oliveira Bonifácio – Matrícula 13.027
Nilton Vieira Reis – Matrícula 12.784
Paulo Cesar de Araujo Souza – Matrícula 13.903
Rafael Pegas Atanzio – Matrícula 14.671
Rodrigo Santos Rabelo da Silva – Matrícula 14.123
Wagner Neves da Silva – Matrícula 12.951



Assinado digitalmente por ELIANE DRUMMOND MEIRA.
Documento Nº: 1299150.11577093-8918 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



JFRJOF1201410545